TRT-4ª REGIÃO
Rio Grande do Sul

COMITÊ DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE

Data: 22/02/2024

Local: Reunião presencial - Salão Nobre da Presidência

Presenças:

Integrante	Composição Portaria TRT4 nº 3.555/2022	Presença
Dr. Rodrigo Trindade de Souza	Juiz Auxiliar da Presidência	Sim
Dr. Daniel Guedes de Nonohay	Juiz Auxiliar da Corregedoria	Informou a impossibilidade de comparecimento
Dr. Ary Faria Marimon Filho	Magistrado indicado pela Presidência	Não
Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	Sim
Rejane Carvalho Donis	Diretora-Geral	Sim
Bárbara Burgardt Casaletti	Diretora da SeGGE	Sim
Anita Cristina de Jesus	Chefe da DivSai	Sim
Denilson Ribeiro de Quadros	Gestor vinculado à Setic	Sim
Patrícia Fernanda Rael	Gestora vinculada à Segesp	Em férias
João Henrique Carvalho de Lima Ribas	Gestor vinculado à SA	Sim
Adriana Werner	Servidora vinculada à Ejud	Em férias
Carolina Trindade de Souza	Servidora vinculada à Sempro	Sim
Aldo da Silva Jardim	Servidor vinculado à SegJud	Sim
Juliano Machado dos Santos	Servidor com deficiência	Informou a impossibilidade de comparecimento
Taila Albuquerque Rodrigues	Servidora do cargo de Analista Judiciário, Especialidade Serviço Social	Em férias
Martine D´Andrea de	Convidada	Sim

Medeiros		
Isadora Schlabitz	Convidada	Sim

Horário: 11h às 12h

Pauta:

a) Análise do Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável;

b) Análise do Relatório de Desempenho do Plano de Acessibilidade e Inclusão;

c) Cronograma de reuniões de 2024;

d) Outros assuntos.

Aos vinte e dois dias do mês de março de 2024, às 11h, ocorreu reunião presencial com os participantes acima listados, na qual restou deliberado o seguinte:

DELIBERAÇÕES

a) Análise do Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável:

Os presentes aprovaram o Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável **com as seguintes propostas de alterações**:

i) Item "Gestão de Resíduos": ajustar no texto "análise do desempenho" a retirada da frase que inicia com "Das ações previstas";

ii) Item "Limpeza, Vigilância e Telefonia": verificar a possibilidade de retirada dos custos com material de limpeza do indicador "10.1 Gasto com contrato de limpeza" e inserção no item "10.4 Gasto com material de limpeza". Necessário conferir o Glossário da Resolução CNJ nº 400/2021 antes das providências;

iii) Item "Limpeza, Vigilância e Telefonia": verificar a possibilidade de remanejamento dos valores referentes ao reajuste do ano de 2022 que foram computados em 2023 para o ano de competência. Necessário conferir o Glossário da Resolução CNJ nº 400/2021 antes das providências;

iv) Item "Limpeza, Vigilância e Telefonia": no item da vigilância, ajustar o indicador "11.2 - Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada" para 179, tendo em vista que esse foi o quantitativo de janeiro a novembro/2023;

v) Item "Veículos e Combustível": solicitar manifestação da área de Segurança Institucional sobre o aumento no indicador "13.10 Gasto com Manutenção de Veículos";

b) Análise do Relatório do Plano de Acessibilidade e Inclusão:

Os presentes aprovaram integralmente o Relatório de Desempenho do Plano de Acessibilidade e Inclusão;

c) Cronograma de reuniões 2024:

A DivSai informou que já estão agendadas reuniões para os dias 26/07 e 22/11. Também será agendada nova reunião para o ajuste das metas de 2024, cujo prazo se encerra em 31 de março;

d) Outros assuntos:

i) Os presentes integrantes do Comitê reforçaram a importância da realização de campanhas de conscientização sobre gastos com impressão, água e energia elétrica. A demanda já foi encaminhada para a Secom. Considerando a possibilidade de identificação das áreas que mais se utilizam da ferramenta de impressão em papel, também foi sugerido que houvesse campanha/conscientização focada nesses setores, sob responsabilidade da DivSai;

ii) Os presentes sugeriram a produção de vídeos de conscientização, em parceria do grupo de teatro e Secom, a respeito do tema de resíduos sólidos com o objetivo de esclarecer sobre a melhor separação dos tipos de resíduos. Também restou combinada a inserção da temática nas telas iniciais dos computadores e a gravação de material em vídeo com a Cooperativa responsável pela gestão de resíduos do Tribunal para melhoria da qualidade do descarte;

iii) Foi noticiado aos participantes sobre a proposta de criação, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente, que será encaminhada à Presidência, da instituição de Grupo de Trabalho para discussão do trabalho decente dos catadores e catadoras de resíduos recicláveis, com foco na revisão dos convênios não onerosos para contratos de prestação de serviços. A iniciativa teve sua importância corroborada por todos;

iv) Foi noticiado pela Diretora-Geral que será avaliada a possibilidade de formalização de convênio entre a EPTC e o TRT com a doação de mobiliário ao órgão municipal, responsável por capacitar servidores da área do transporte em relação aos temas de direção defensiva e similares. A capacitação dos servidores da área do transporte impactará na melhor prestação dos serviços e consequentemente acarretará menores gastos com manutenção, por exemplo. Deliberaram os presentes pela inclusão deste convênio nos planos de ação do PLS;

v) Considerando a necessidade de melhorar o desempenho do Tribunal quanto ao percentual de servidores capacitados em Libras, sugere-se que seja disponibilizado novo curso básico em Libras - em substituição ao atualmente existente - 50 horas - a fim de que o

contato com a capacitação tenha maior adesão dos participantes;

vi) Entenderam os presentes pelo encaminhamento de proposta de atividade de vivência no Encontro de Gestores para sensibilização dos participantes com relação às questões de acessibilidade com o objetivo de sensibilizar os participantes quanto aos diferentes tipos de deficiência. Foi ponderado que este é um tema que precisa ter maior visibilidade;

vii) Com o objetivo de tornar mais efetivo o uso de ao menos um recurso de acessibilidade nos eventos e transmissões realizadas pelo Tribunal, deliberaram os participantes pela realização de uma reunião das áreas que realizam essas atividades com o Comitê;

viii) Tendo em vista o início das atividades do "Projeto Carbono Neutro", será realizada palestra conduzida pela Juíza Rafaela Rosa, magistrada da Justiça Federal e membro do JusClima, no dia 04 de março, às 10h, no Salão Nobre da Presidência. Foi solicitado que a Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão realize contato com todos os convidados informando da importância da participação na referida agenda.

Reunião encerrada às 12h30. Ata redigida pela servidora Martine D´Andrea de Medeiros, da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão.